

V Congresso Internacional da ABRALIN

Belo Horizonte, 28 de fevereiro a 03 de março de 2007

Universidade Federal de Minas Gerais

## **GLOSSÁRIO DE GESTÃO AMBIENTAL: QUESTÕES DE EQUIVALÊNCIA**

Cleci Regina BEVILACQUA – UFRGS – cleci.bevilacqua@terra.com.br

Patrícia Chittoni Ramos REUILLARD – UFRGS – patriciaram@terra.com.br

O grupo TERMISUL, que, em sua primeira fase, se dedicou à elaboração de glossários relacionados à questão ambiental e à produção de reflexões teóricas referentes à Terminologia, concluiu seu terceiro trabalho terminográfico, o *Glossário de Gestão Ambiental*. Este *Glossário* repertoria os termos da gestão ambiental privada em português, recolhidos nas normas ISO da série 14000, relativas à implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), na legislação ambiental, em obras de referência e em *sites* institucionais e governamentais, com equivalentes em alemão, espanhol, francês e inglês. Os usuários previstos são sobretudo os gestores de empresas do setor privado, os tradutores e os redatores de textos especializados.

Apresentaremos os critérios aplicados na busca dos equivalentes em língua estrangeira, no que diz respeito às dificuldades específicas às línguas espanhola e francesa: ocorrência em textos normativos, legais e institucionais, precisão, confiabilidade, abrangência e frequência. Trataremos ainda da inclusão de notas explicativas para esclarecer diferenças conceituais entre termos do português e das duas línguas estrangeiras em questão. Complementarmente, serão discutidas algumas questões relativas à constituição do *corpus*, tais como seleção de fontes, coleta e organização dos textos.

O SGA caracteriza-se como um conjunto de parâmetros, estabelecido pela ISO (*International Organization for Standardization*) em diversas normas – série 14000 –, que deve ser seguido pelas empresas privadas interessadas em obter a certificação relativa à gestão ambiental. Auditorias internas e, posteriormente, externas atestam o cumprimento a essas normas, concedendo a certificação às empresas.

Dessa série, nove normas foram aprovadas e são aplicadas no Brasil, tendo constituído, portanto, nossa primeira fonte de coleta de termos. Sendo assim, as normas

14004, 14010, 14011, 14012, 14015, 14020, 14040 e 19011 em língua portuguesa são o ponto de partida da coleta dos termos.

Foram igualmente utilizados, como fonte de coleta, a legislação brasileira relativa ao meio ambiente – incluindo tratados internacionais assinados pelo Brasil na área do meio ambiente<sup>1</sup> –; obras de referência: dicionários, manuais, artigos científicos e relatórios; e *sites* de instituições governamentais, de universidades, de organizações públicas e privadas da área.

Concomitantemente, organizaram-se *corpora* paralelos nas línguas estrangeiras, constituídos pelos mesmos textos: normas ISO, legislação, obras de referência e *sites* institucionais.

Para garantir a confiabilidade do *corpus* e dos termos selecionados em português e nas línguas estrangeiras na *Web*, seguimos os critérios abaixo, baseados em Krieger e Marins (2005):

a) língua de origem do *site*: espanhol e francês como língua materna;

b) mantenedor do *site*:

- órgãos governamentais: *Ministerio del Medio Ambiente de la República Argentina; Ministère de l'Environnement; Legifrance;*

- instituições internacionais (*Organização das Nações Unidas; Organización panamericana de Salud*) e nacionais (*Universidad de Buenos Aires, Comisión Nacional de Energía Atómica de la República Argentina; Université de Montpellier II*);

- empresas: *Concret On-line*, da Espanha, *Scientific Electronic Library Online*, do Chile;

- organizações não-governamentais: *Ação de Luta Anti-petroleira*, da Costa Rica, *Associação dos Advogados de Buenos Aires*, da Argentina; *WWF France*;

---

<sup>1</sup> Agenda 21, Convenção de Viena, Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, Declaração Internacional sobre a Produção mais Limpa, Declaração do Rio sobre o Ambiente e Desenvolvimento, Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Deterioram a Camada de Ozônio, Protocolo de Quioto, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática.

c) finalidade do *site*: divulgação da informação (leis, normas, pesquisas, atos administrativos, notícias, etc.), oferecimento e venda de produtos e serviços, engajamento político/ideológico;

d) nível de especialização do *site* na área:

- altamente especializado (institucional e normativo);

- especializado (governamental);

- medianamente especializado (empresarial, organizacional e pessoal).

O quadro seguinte sintetiza a constituição dos *corpora* em língua portuguesa e nas línguas estrangeiras representadas no Glossário.

<b>Corpus em Língua Portuguesa</b>	<b>Corpus das Línguas Estrangeiras</b>
Normas ISO	Normas ISO
Legislação brasileira e tratados internacionais	Legislação e tratados internacionais
Obras de referência: artigos científicos, manuais, relatórios, dicionários	Obras de referência: artigos científicos, manuais, relatórios, dicionários
<i>Sites</i> de instituições governamentais, universidades, organizações públicas e privadas da área	<i>Sites</i> de instituições governamentais, universidades, organizações públicas e privadas da área

Quadro 1 - Constituição do corpus do *Glossário de Gestão Ambiental*

No que diz respeito à seleção dos termos, foram aplicados os seguintes critérios:

- termos definidos nas normas ISO na seção de definição: *aspecto ambiental*;

- termos não definidos nas normas ISO, mas considerados relevantes: *ativo ambiental*;

- termos presentes na interface legislação ambiental brasileira e gestão ambiental: *impacto ambiental*;

- termos complementares: *Índice Dow Jones de sustentabilidade*.

Ao final do trabalho de coleta, foram selecionados 550 termos em língua portuguesa. Estando estabelecida a nomenclatura em português, procedeu-se à busca dos equivalentes. Por equivalência, entendemos a correspondência conceitual entre um

termo em língua portuguesa e outro em língua estrangeira, utilizados em contextos semelhantes.

Para o estabelecimento dos equivalentes, propuseram-se os seguintes critérios: confiabilidade e ocorrência, frequência, abrangência e precisão:

1) *confiabilidade e ocorrência* nos documentos normativos e legais. Por exemplo, os termos extraídos das normas e documentos paralelos:

**cliente de auditoria:** ISO 19011 – *cliente de la auditoría* (norma em língua espanhola UNIT-ISO19011); *client de l’audit* (norma francesa AFNOR 19011).

**seqüestro de carbono:** Protocolo de Quioto – *secuestro de carbono, séquestration du dioxyde de carbone.*

2) *freqüência:* nos casos em que o equivalente encontrado nos documentos dos *corpora* paralelos não registrava o maior número de ocorrências nas buscas na Web, optou-se por apresentar o equivalente mais freqüente – sempre de acordo com os critérios de confiabilidade dos *sites* –, seguido do equivalente do *corpus* paralelo. Por exemplo:

**aquecimento global:** *calentamiento global* (WUN); *calentamiento atmosférico* (ES Protocolo de Quioto)

**assoreamento:** *aluvionamiento* (ONU92: 217) *Atarquinamiento* (ES Agenda 21)

**emissões antrópicas** – *émissions anthropiques; émission de gaz à effet de serre dans l’atmosphère* (FR Agenda 21)

**implementação conjunta:** *mise en œuvre conjointe* (MOC) ; *application conjointe* (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas)

3) No que tange à *abrangência*, entendida como a possibilidade de maior ou menor aproximação conceitual entre os pares de línguas, o que chamou a atenção foi a ausência de coincidência conceitual total de um termo em um par de línguas. Nesse caso, foram elaboradas notas complementares para esclarecer o usuário sobre as especificidades de cada termo na língua estrangeira. Por exemplo:

**acordos voluntários privados** m. pl.

Iniciativas empresariais de auto-regulamentação que podem ser encaradas como acordos voluntários entre as empresas e a sociedade.

**Notas:** Esses acordos podem ser de dois tipos: compromentimentos unilaterais e contratos privados.

**EN:** *private voluntary agreements* pl.

**ES:** *acuerdos voluntarios* m. pl.

**FR:** *accords volontaires* m. pl.

**NC:** ES: Usa-se "acuerdos voluntarios" que abrange o sentido tanto de acordos voluntários públicos como de acordos voluntários privados. A especificação é feita complementando o termo com as partes implicadas: "*acuerdo voluntario entre las empresas y la Administración*". # FR: Usa-se "*accords volontaires*" que abrange tanto o sentido de acordos voluntários públicos como de acordos voluntários privados e compreende três subtipos: "*accord négocié*", "*engagement unilatéral*" e "*programmes publics volontaires*".

**alta administração** f. sing.

Corpo gestor superior responsável e comprometido com a implementação, revisão e aperfeiçoamento da política ambiental da organização.

**DE:** *oberste Leitung* f. sing.

**EN:** *top management* sing.

**ES:** *dirección superior* f. sing.

**FR:** *direction à son plus haut niveau* f. sing.

**NC:** ES: A Norma ISO inclui a seguinte nota: *Para los efectos de la presente Norma, en la Argentina, "la dirección superior" significa "el más alto nivel directivo"*. (UNIT-ISO 14004)

**aterro de resíduos industriais perigosos** m. sing.

Técnica de disposição de resíduos industriais perigosos, que minimiza os impactos ambientais ao confiná-los na menor área possível e reduzi-los, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho ou, se necessário, a intervalos menores.

**OD:** *ARIP*

**DE:** *Industrieabfalldeponie* f. sing.

**EN:** *landfill of hazardous industrial wastes* sing.

**ES:** *vertedero de residuos industriales peligrosos* m. sing.

**FR:** *centre de stockage des déchets ultimes de type I* m. sing. ; *CSDU I*

**Notas:** FR: Na França, os aterros são divididos em três classes. Os resíduos oriundos das atividades industriais e classificados como perigosos pertencem à classe I.

**stakeholder** m. sing.

Conjunto dos empregados, acionistas e clientes que têm ou reivindicam propriedades, direitos ou interesses em uma empresa e nas suas atividades presentes, passadas e futuras.

**DE:** *Stakeholder* m. sing.

**EN:** *stakeholder* sing.

**ES:** *stakeholder* m. sing. ; *interlocutores* m. pl.

**FR:** *acteurs* m. pl. ; *intervenant* m. sing.

**NC:** DE, EN e ES: Com o mesmo sentido de "*stakeholder*" também se utiliza "parte interessada".

**sucata** f. sing.

Refugos sólidos orgânicos ou inorgânicos, domésticos ou industriais, passíveis de serem reutilizados.

**DE:** *Schrott* m. sing.

**EN:** *scrap* sing.

**ES:** *chatarra* f. sing. ; *sobra* f. sing.

**FR:** *ferraille* f. sing.

**NC:** DE e ES: Os termos "*Schrott*" e "*chatarra*", em alemão e espanhol, respectivamente, referem-se apenas a metais.

4) Quanto à *precisão* dos termos elencados, a seleção de um grande número de contextos, permitindo a comparação entre definições e o estabelecimento da abrangência conceitual, foi fundamental para a delimitação de cada conceito.

Ao final da coleta dos equivalentes, configuraram-se três tipos de equivalência:

a) Equivalência conceitual total:

**auditoria ambiental (PT)** f. sing.

**DE:** *Audit* n. sing. ; *Öko-Audit* n. sing.

**EN:** *environmental audit* sing.

**ES:** *auditoría ambiental* f. sing.

**FR:** *audit environnemental* m. sing.

b) Equivalência conceitual parcial, com inclusão de notas:

**Acordos Voluntários Públicos** m. pl.

**EN:** *public voluntary agreements* pl.

**ES:** *acuerdos voluntarios* m. pl.

**FR:** *accords volontaires* m. pl.

NC: ES: Usa-se "*acuerdos voluntarios*" que abrange o sentido tanto de acordos voluntários públicos como de acordos voluntários privados. A especificação é feita complementando o termo com as partes implicadas: "*acuerdo voluntario entre las empresas y la Administración*". # FR: Usa-se "*accords volontaires*" que abrange tanto o sentido de acordos voluntários públicos como de acordos voluntários privados e compreende três subtipos: "*accord négocié*", "*engagement unilatéral*" e "*programmes publics volontaires*".

c) Inexistência de equivalência:

**zonas de uso estritamente industrial** f. pl.

Áreas físicas, legalmente estabelecidas, que se destinam à localização de estabelecimentos industriais, cuja produção de resíduos pode ser tratada conjuntamente pelas indústrias. (cf. *LgBR LEI 6803 de 02/07/80*).

**DE:** Paráfrase: *Industriegebiet* n. sing.

**EN:** *strictly industrial zones* pl.

**ES**

**FR**

### **resíduos de serviços de transportes m. pl.**

Resíduos especiais provenientes da atividade de transporte e os provenientes de portos, aeroportos, terminais rodoviários, ferroviários e portuários e postos de fronteira. (cf. *RPPNRS*)

## **CONCLUSÕES**

O trabalho desenvolvido mostrou que, para a delimitação de um termo em língua portuguesa e para o estabelecimento de seus possíveis equivalentes, é fundamental o estabelecimento de um corpus representativo e confiável da área, cujos contextos forneçam as informações necessárias à apreensão conceitual do termo em língua portuguesa, fundamental para a posterior coleta de equivalentes em língua estrangeira. O contraste e a conseqüente análise desses contextos informativos fornecem os subsídios para a validação dos equivalentes. Tal metodologia para identificação e coleta de termos e para a busca e validação de equivalentes pode ser aplicada na elaboração de produtos terminográficos com perfil semelhante em outras áreas do conhecimento.

## **REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS**

- Berber Sardinha, Tony (2004). *Lingüística de corpus*. Barueri, São Paulo: Manole.
- Cabré, M. T. (1999). Traducción y terminología: un espacio de encuentro ineludible. *Terminología: representación y comunicación*. Barcelona: Instituto Universitario de Lingüística Aplicada, Universidad Pompeu Fabra, p. 177-201.
- Cabré, M. T. et al. (2000). *És la terminologia um simple instrument d'ajuda a la traducció?* Conferência apresentada no I Congresso de Tradução Científica. Barcelona: Instituto Universitário de Lingüística Aplicada, Universidad Pompeu Fabra.
- Hurtado Albir, A. (2001). *Traducción y traductología. Introducción a la traductología*. Madrid: Cátedra.
- Krieger, M.G. (2002). *Terminología general Aplicada a la traducción*. II Colóquio Internacional sobre Enseñanza de la Terminología e II Seminario sobre la Enseñanza de



la Terminología en las Licenciaturas de Traducción e Interpretación en España Granada.  
[Conferencia]

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José B. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

Krieger, M.G.; Marins, D. S. Busca e valoração de equivalentes em espanhol para termos jurídico-ambientais em *sites* da Internet. *VIII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos Canadenses*. Gramado, 2005, 6p.

Rodrigues, C.C. (200). *Tradução e diferença*. São Paulo: Ed. Unesp.

### **Documentos normativos e legais**

Action 21. Rio de Janeiro, 1992.

Agenda 21. Rio de Janeiro, 1992

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14001. Systèmes de management environnemental - Spécifications et lignes directrices pour son utilisation. France, 1996.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14004. Systèmes de management environnemental - Lignes directrices générales concernant les principes, les systèmes et les techniques de mise en oeuvre. France, 1996.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14010. Lignes directrices pour l'audit environnemtal - Principes généraux. France, 1996.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14011. Lignes directrices pour l'audit environnemental - Procédures d'audit. France, 1996.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14012. Lignes directrices pour l'audit environnemental - Critères de qualification pour les auditeurs environnementaux. France, 1996.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14015. Management environnemental - Evaluation environnementale de sites et d'organismes (EESO). France, 2002.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14020. Etiquettes et déclarations environnementales - Principes généraux. France, 2002.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14040. Management environnemental - Analyse du cycle de vie. France, 1997.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14041. Analyse du cycle de vie - Définition de l'objectif et du champ d'étude et analyse de l'inventaire. France, 1998.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 19011. Lignes directrices pour l'audit des systèmes de management de la qualité et/ou de management environnemental. France, 2002.

Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático. Nueva York, 1992.

Convention-cadre des Nations Unies sur les changements climatiques. New York, 1992.

Convenio de Viena para la Protección de la Capa de Ozono. Viena, 1985.

Convenio de Estocolmo sobre Contaminantes Orgánicos Persistentes. Estocolmo, 2001.

Protocolo de Montreal Relativo a Sustancias Agotadoras de la Capa de Ozono. Montreal, 1987.

Convention de Stockholm sur les polluants organiques persistants. Stockholm, 2001.

Convention de Vienne pour la protection de la couche d'ozone. Vienne, 1985.

Convention-Cadre des Nations Unies sur les Changements Climatiques. Nations Unies, 1992.

Declaración de Río sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo. Rio De Janeiro, 1992.

Declaración Internacional sobre Producción Más Limpia. Phoenix Park, 1998.

Declaración de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente Humano. Estocolmo, 1972.

Déclaration de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement. Stockholm, 1972.

Declaração de Rio sur l'environnement et le développement - principes de gestion des forêts. Brèsil, 1992.

Déclaration internationale pour une production plus propre. Phoenix Park, 1998.

NBR ISO 14001 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS/NORMA BRASILEIRA 14001. Gestão ambiental - Especificação e diretrizes para uso. Rio de Janeiro, 1996.

NBR ISO 14004 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS/NORMA BRASILEIRA 14004. Sistemas de gestão ambiental - Diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio. Rio de Janeiro, 1996.

NBR ISO 14010 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS/NORMA BRASILEIRA 14010. Diretrizes para Auditoria Ambiental - Princípios Gerais. Rio de Janeiro, 1996.

NBR ISO 14012 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS/NORMA BRASILEIRA 14012. Diretrizes para Auditoria Ambiental - Critérios de Qualificação para Auditores Ambientais. Rio de Janeiro, 1996.

NBR ISO 14015 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS/NORMA BRASILEIRA 14015. Gestão Ambiental - Avaliação Ambiental de Locais e Organizações (AALO). Rio de Janeiro, 2003.

Protocole de Kyoto à la Convention-Cadre des Nations Unies sur les Changements Climatiques. ONU, 1997.

Protocole de Montreal relatif à des substances qui approuvrissent la couche d'ozone. Montreal, 1987.

Protocolo de Kyoto de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático. Kyoto, 1997

Norma ISO 19011:2002. Directrices para la auditoría de los sistemas de gestión de la calidad y/o ambiental.

UNIT-ISO 14001 INSTITUTO URUGUAYO DE NORMAS TÉCNICAS / NORMA URUGUAYA 14001. Montevideo, 2000.

UNIT-ISO 14004 INSTITUTO URUGUAYO DE NORMAS TÉCNICAS / NORMA URUGUAYA 14004. Sistemas de gestión ambiental - Directrices generales sobre principios, sistemas y técnicas de apoyo. Montevideo, 2000.

UNIT-ISO 14010 INSTITUTO URUGUAYO DE NORMAS TÉCNICAS / NORMA URUGUAYA 14004. Sistemas de gestión ambiental - Directrices generales sobre principios, sistemas y técnicas de apoyo. Montevideo, 2000.

UNIT-ISO 14011 INSTITUTO URUGUAYO DE NORMAS TÉCNICAS / NORMA URUGUAYA 14004. Sistemas de gestión ambiental - Directrices generales sobre principios, sistemas y técnicas de apoyo. Montevideo, 2000.

UNIT-ISO 14012 INSTITUTO URUGUAYO DE NORMAS TÉCNICAS / NORMA URUGUAYA 14004. Sistemas de gestión ambiental - Directrices generales sobre principios, sistemas y técnicas de apoyo. Montevideo, 2000.

UNIT-ISO 14020 INSTITUTO URUGUAYO DE NORMAS TÉCNICAS / NORMA URUGUAYA 14020. Etiquetas y declaraciones ambientales - Principios generales. Montevideo, 1999.

UNIT-ISO 14040 INSTITUTO URUGUAYO DE NORMAS TÉCNICAS / NORMA URUGUAYA 14040. Gestión ambiental - Análisis del ciclo de vida - Principios y marco Montevideo, 1999.

WUN – Naciones Unidas disponível em [www.un.org](http://www.un.org), acesso em 13/06/2006.